

Justos Seguros S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria e aos Acionistas da
Justos Seguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Justos Seguros S.A. (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Justos Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

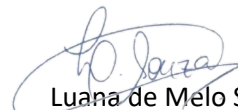
- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Luana de Melo Souza
Contadora
CRC nº 1 SP 292386/O-2

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Justos Seguros S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apuradas com base na regulamentação vigente.

A Seguradora

A Justos Seguros S.A., constituída em 31 de março de 2022, obteve autorização da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para atuar dentro do modelo Sandbox Regulatório por até três anos, conforme publicado no Diário Oficial da União em 13 de outubro de 2022, por meio da Portaria SUSEP nº 8.020.

O Sandbox Regulatório implantado pela SUSEP, constitui-se de um ambiente regulatório experimental, que possibilite a implantação de projetos inovadores nos quais apresentem produtos e/ou serviços a serem ofertados no âmbito do mercado de seguros e que sejam desenvolvidos ou oferecidos a partir de novas metodologias, processos, procedimentos ou de tecnologias existentes aplicadas de modo diverso.

A Justos Seguros atua no segmento de seguro Automóvel, com a intenção de oferecer seguros mais acessíveis e justos para a população em geral.

A Companhia iniciou efetivamente suas operações em fevereiro/2023, por meio de um contrato de *MGA - Managing General Agent*, com a empresa JUSTOS Consultoria e Serviços em Seguros Ltda, que é o Representante de Seguros, onde é realizada a venda dos seguros por meio de sua plataforma, bem como a avaliação e aceite do risco, além da gestão de recebimento do prêmio, regulação e pagamento de sinistro, sendo remunerada pela Companhia por esses serviços prestados, de acordo com a Resolução CNSP nº 431 de 12 de novembro de 2021.

O desempenho da Companhia em 2023, foi de acordo com o planejado, onde atingimos o total de Prêmios Emitidos no montante de R\$ 483 mil.

Agradecimentos

A Justos Seguros S.A. agradece a seus Investidores e parceiros de negócios, como também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela confiança e apoio à empresa. Aos nossos profissionais e colaboradores o nosso agradecimento e reconhecimento pela dedicação e qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024.

JUSTOS SEGUROS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO	Notas explicativas	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO	Notas explicativas	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		<u>4.363</u>	<u>4.170</u>	CIRCULANTE		<u>817</u>	<u>19</u>
Disponível	6	<u>111</u>	<u>6</u>	Contas a pagar	11	<u>313</u>	<u>19</u>
Caixa e bancos		111		Obrigações a pagar		286	-
Aplicações	7	<u>3.708</u>	<u>4.121</u>	Impostos e encargos sociais a recolher		10	-
Créditos das operações c/seguros e resseguros	8	<u>280</u>	<u>-</u>	Impostos e contribuições		17	19
Prêmios a receber		85		Débitos de operações com seguros e resseguros	12	<u>176</u>	<u>-</u>
Operações com resseguradoras		195		Operações com resseguradoras		176	-
Títulos e créditos a receber	9	<u>105</u>	<u>43</u>	Provisões técnicas – seguros	13	<u>328</u>	<u>-</u>
Créditos tributários e previdenciários		105	43	Danos		328	-
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	10	<u>159</u>	<u>-</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	<u>3.546</u>	<u>4.151</u>
				Capital social		4.000	4.000
				Reservas de Lucros		151	151
				Prejuízos acumulados		(605)	-
TOTAL DO ATIVO		<u><u>4.363</u></u>	<u><u>4.170</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>4.363</u></u>	<u><u>4.170</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JUSTOS SEGUROS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	31.12.2023	31.12.2022
Prêmios emitidos	15.a	483	-
Variações das provisões técnicas de prêmios	15.b	(40)	-
Prêmios ganhos	15.c	443	-
(-) Sinistros ocorridos	15.d	(683)	-
(-) Outras receitas e despesas operacionais	17.b	(75)	-
Resultado com resseguros	15.e	173	-
Despesas administrativas	15.f	(599)	(11)
Despesas com tributos	15.g	(244)	(66)
Resultado financeiro	15.h	380	295
Resultado operacional		(605)	218
Resultado antes dos impostos e contribuições		(605)	218
Imposto de Renda	16	-	(33)
Contribuição Social	16	-	(34)
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício		(605)	151
Quantidade de ações		4.000.000	4.000.000
Lucro/(prejuízo) por ação - R\$		(0,15)	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JUSTOS SEGUROS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	<u>(605)</u>	<u>151</u>
Resultado abrangente total	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS	<u><u>(605)</u></u>	<u><u>151</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JUSTOS SEGUROS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital Social	Aumento de Capital em aprovação	Reservas de Lucro	Prejuízos acumulados	Total
CAPITAL INICIAL	<u>1</u>	-	-	-	<u>1</u>
Aumento de Capital:					
1ª Alteração contratual em 07.06.2022	-	3.999	-	-	3.999
Homologação do Capital Social:					
Portaria Susep 8.020 de 13.10.2022	3.999	(3.999)	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	151	151
Destinação do lucro:					
Reserva Legal	-	-	8	(8)	-
Reserva Estatutária	-	-	143	(143)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022	<u>4.000</u>	-	<u>151</u>	-	<u>4.151</u>
Prejuízo do exercício	-	-	-	(605)	(605)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023	<u>4.000</u>	-	<u>151</u>	<u>(605)</u>	<u>3.546</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JUSTOS SEGUROS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
LUCRO / (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	<u>(605)</u>	<u>151</u>
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	413	(4.120)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(280)	-
Créditos tributários e previdenciários	(62)	(44)
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	(159)	-
Impostos e encargos sociais a recolher	10	-
Impostos e contribuições	(2)	19
Obrigações a pagar	286	-
Débitos de operações com seguros e resseguros	<u>176</u>	<u>-</u>
Provisões técnicas - seguros e resseguros	<u>328</u>	<u>-</u>
CAIXA GERADO/(CONSUMIDO) PELAS OPERAÇÕES	105	(3.994)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/ (CONSUMIDO) PELAS OPERAÇÕES	<u>105</u>	<u>(3.994)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Capital inicial	-	1
Aumento de capital	-	3.999
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>-</u>	<u>4.000</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>105</u>	<u>6</u>
Caixa no início do exercício	6	-
Caixa no fim do exercício	111	6
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>105</u>	<u>6</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AJUSTOS SEGUROS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Justos Seguros S.A. (“Seguradora” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado cujo controlador é a Justos Brasil Participações Ltda, sendo em última instância a Justo Seguros Holdings Limited (Cayman). Foi constituída em 31/03/2022, está sediada na cidade de São Paulo e foi autorizada a operar pela Portaria SUSEP nº 8.020/22, pelo tempo determinado de até 36 (trinta e seis) meses, correspondentes à vigência da autorização temporária concedida pela SUSEP, em ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório), nos termos do Edital Eletrônico nº 1/2021/SUSEP, da Resolução CNSP nº 381/2020 e Circular SUSEP nº 598/2020.

O Sandbox regulatório visa possibilitar a implantação de projetos inovadores que apresentem produtos e/ou serviços a serem ofertados no âmbito do mercado de seguros e que sejam desenvolvidos ou oferecidos a partir de novas metodologias, processos, procedimentos, ou de tecnologias existentes aplicadas de modo diverso.

A Companhia tem por objeto social (i) explorar e operar seguros de danos e pessoas em todas as regiões do território nacional, respeitadas as disposições legais à autorização temporária para seu funcionamento no âmbito do Sandbox Regulatório.

A Companhia iniciou efetivamente suas atividades em fevereiro/2023 e atualmente vem atuando especificamente no ramo de automóvel.

As demonstrações financeiras da Justos Seguros S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Administração em 28 de fevereiro de 2024.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas que atuam no modelo regulatório experimental do Sandbox, nos termos da Resolução 381, de 04 de março de 2020, incluindo os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com a referida resolução e incluem os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota nº 3.

b) Base para mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção das provisões técnicas que seguem os critérios da SUSEP por meio da Resolução CNSP nº 381, de 4 de março de 2020 e dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As análises dessas estimativas incluem: (i) informações sobre os julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; e (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 7 – Valor justo das aplicações financeiras.
- Nota explicativa nº 13 – Provisões técnicas.

e) Continuidade

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. A Companhia possui a licença para operar no Sandbox Regulatório da Susep até outubro de 2025.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, levando em consideração os critérios de ativos e passivos circulantes para vencimento de realização e pagamento até 12 meses e não circulantes para acima de 12 meses.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não detinha nenhum item de caixa e equivalente de caixa classificado como 'caixa restrito', bem como itens de caixa e equivalente de caixa dados como garantias a terceiros.

b) Ativos financeiros

Um ativo financeiro é classificado no momento do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- Valor justo por meio do resultado;
- Mantidos até o vencimento;
- Disponíveis para venda; e
- Empréstimos e recebíveis.

A Resolução nº 381 de 4 de março de 2020 estabelece que as sociedades seguradoras participantes do Sandbox Regulatório devem seguir os critérios para o registro, custódia e movimentação de ativos, títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas dispostos pela Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, além daqueles dispostos na regulação vigente do Conselho Monetário Nacional que se aplica às sociedades seguradoras.

Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Esses ativos são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria, caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os juros auferidos sobre os títulos são reconhecidos como receita no resultado do período, de acordo com a taxa de juros efetiva do título.

Ativos financeiros disponíveis para a venda

São ativos financeiros não derivativos que são designados como disponível para venda ou que não são classificados como “recebíveis” e “Ativos financeiro ao valor justo por meio do resultado”. Nesta categoria, os ajustes decorrentes de variações do valor justo, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são contabilizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos na data de encerramento das demonstrações financeiras nem efetuou transações com instrumentos derivativos durante o exercício.

c) Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor.
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores.
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento.
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado ao seu valor justo.

d) Passivos financeiros

Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente pelo custo, atualizados pela taxa pactuada entre as partes, quando aplicável e amortizados quando do pagamento.

e) Hierarquia do valor justo

De acordo com o CPC 46 – Mensuração ao Valor Justo, o Pronunciamento define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, ou seja, valor de mercado. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os títulos de renda fixa privados têm seu valor atualizado de acordo com os índices pactuados com a instituição financeira e se aproximam ao seu valor de mercado.

f) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Uma provisão passiva é reconhecida em função de um evento passado e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação no futuro. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como “provável”, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

Em 31 de dezembro de 2023, e 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía contingências ativas e passivas.

g) Classificação dos contratos de seguros

O CPC 11 define que um contrato de seguro é aquele em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado. A Administração da Companhia procedeu à análise de seus negócios para determinar que suas operações se caracterizam como “contrato de seguro”. Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11 e as orientações estabelecidas pela SUSEP.

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão da respectiva apólice ou pelo início da vigência do risco para riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio da constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos.

h) Provisões Técnicas

A regulamentação vigente que institui regras e procedimentos relacionados às Provisões Técnicas das sociedades seguradoras participantes exclusivamente de ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório) é a Resolução CNSP nº 381 de 4 de março de 2020.

De acordo com esta Resolução, a Companhia constitui as seguintes provisões técnicas:

- **A Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG** é calculada com base em 50% dos prêmios emitidos no mês e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período de risco a decorrer na data-base de cálculo.
- **A Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL** é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros. Esta provisão é reavaliada no decorrer do processo até a liquidação ou encerramento do processo.
- **A Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados – IBNR** representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base das demonstrações financeiras. Esta provisão é calculada com base em 20% dos sinistros avisados nos últimos 3 meses.

i) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados mensalmente com base no lucro tributável real mensal às alíquotas vigentes da data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados, não estão sendo reconhecidos devido ao período recente de entrada em operação da Companhia.

Os créditos tributários, decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição Social são controlados na escrituração fiscal.

j) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

As receitas dos prêmios de seguros, são contabilizadas pela emissão da apólice, e para as empresas no âmbito Sandbox, são reconhecidos no mês de emissão 50% de prêmio ganho e os outros 50% são constituídos a provisão de prêmios não ganhos, no qual é revertido no mês subsequente.

O custo de aquisição segue o mesmo critério de reconhecimento da receita de prêmio, onde é contabilizado o percentual de comissão na conta de comissões sobre prêmios emitidos e reconhecido 50% da despesa no mês de emissão e os outros 50% são contabilizados em custo de aquisição diferida e revertido no mês subsequente.

Para diluir o risco a Companhia firmou contrato de resseguro com a empresa SCOR Brasil Resseguros S/A, onde repassa 50% dos riscos dos prêmios de seguros, com comissão de 25%. Os prêmios e comissões de resseguros são contabilizados, quando da emissão da apólice de seguros em conta distinta conforme plano de contas das seguradoras.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor ou não tenham ainda sido recepcionadas pela SUSEP. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 48 – Instrumentos Financeiros	Refere-se orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito, para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização do hedge.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. Foi referendado pela Susep e será aplicável a partir de 02.01.2024.
CPC 50 – Contratos de Seguros	Estabelece princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. Somente será aplicável quando referendado pela SUSEP.
ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro	Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. Somente será aplicável quando referendado pela SUSEP.

Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras, a Administração não finalizou a avaliação dos efeitos dos novos pronunciamentos, estando assim impossibilitada de divulgar tais efeitos.

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A SUSEP estabelece que as entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais avaliem de forma geral a sua exposição aos seguintes riscos, provenientes de suas operações e de suas atividades de investimentos financeiros:

a) Risco de seguros

Estratégia de subscrição: A Companhia realiza um processo de seleção de riscos com base em perfis de interesse, visando atingir uma frequência de sinistros apropriada para a carteira e minimizar incidentes de fraude. Os perfis de interesse para o produto de cobertura de automóvel é avaliado por meio de modelos e tecnologias de sua representante JUSTOS Consultoria para atingimento de resultados consistentes e redução de vieses de julgamento humano.

Os riscos da Companhia são pulverizados entre clientes com importâncias seguradas máximas pré-determinadas baixo impacto de riscos individuais para o resultado da carteira.

A política de aceitação de riscos abrange a totalidade dos ramos de seguros operados e considera a experiência do setor e premissas atuariais.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente de recebíveis de clientes e em ativos financeiros.

Do ponto de vista dos recebíveis, a Companhia realiza cobranças mensais via cartão de crédito, com captura de recebível no início da vigência do contrato. Esses recebíveis se caracterizam como líquidos e certos, conferindo um risco de crédito reduzido para a Companhia.

Os ativos financeiros da Companhia são alocados com base em uma política de elevada liquidez e baixo risco, concentrando-se em quotas de fundos de investimentos de renda fixa que investem exclusivamente em Letras do Tesouro – LFT, do Governo Federal, risco soberano do país.

Os ativos financeiros das Operações de Resseguros, no que se refere a Sinistros Pagos, o risco de crédito é bem reduzido, visto que há o acerto de contas de forma rotineira, por parte da Companhia.

A tabela a seguir demonstra a exposição ao risco de crédito das aplicações financeiras que a Seguradora possui em carteira em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, através da classificação dos saldos a recuperar por rating (rating este atribuídos aos administradores dos fundos pela agência Fitch Ratings):

Ativo	Rating AAA	Sem rating	31/12/2023 Saldo Contábil
Caixa e bancos		111	111
Valor justo por meio do resultado		-	-
Títulos e valores mobiliários	3.708	-	3.708
Exposição máxima ao risco de crédito	3.708	111	3.819
	Rating AAA	Sem rating	31/12/2022 Saldo Contábil
Caixa e equivalentes de caixa		6	6
Valor justo por meio do resultado		-	-
Títulos e valores mobiliários	4.121	-	4.121
Exposição máxima ao risco de crédito	4.121	6	4.127

c) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade da Companhia gerar, através do curso normal do negócio bem como com o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio.

A Companhia estabelece políticas de investimento para medir e assegurar a liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações, voltada para a garantia da operação e crescimento, os recursos são alocados em liquidez imediata em fundos de investimentos para suprir as necessidades da Companhia.

d) Risco de mercado

Risco de mercado caracteriza-se como a possibilidade de perda de ativos financeiros pela variação inesperada de seus preços, em decorrência de alteração de fatores como: taxa de juros, flutuações cambiais, inflação e/ou alterações nas condições de liquidez de títulos ou mercados.

A Companhia monitora esses riscos através de pesquisas, gestão de ativos financeiros e análises concorrenciais e testes de sensibilidade que demonstram os impactos possíveis no resultado.

Atualmente a Companhia entende que o risco de perdas resultantes das variações do mercado é insignificante, visto que os investimentos financeiros seguem o estabelecido para Companhias Seguradoras participantes do Sandbox Regulatório SUSEP (estrutura simplificada de investimentos), conforme determina a Resolução CNSP Nº 381/2020.

Taxa de juros

A Companhia gerencia seus ativos financeiros visando reduzir o impacto de uma mudança drástica nas taxas de juros, mantendo suas aplicações financeiras em títulos privados indexados à variação do CDI.

Os impactos no resultado devido a uma oscilação na taxa de juros estão demonstrados abaixo:

Classe	Premissas	Saldo Contábil	Variação resultado	31.12.2023
				Impacto no Resultado
Ativos Financeiros	Aumento de 3% na taxa CDI	3.708	15	2,4%
Ativos Financeiros	Redução de 3% na taxa CDI	3.708	(15)	(2,4%)

A Companhia atua no mercado segurador, cuja principal função é a preservação do patrimônio de seus clientes e embora esteja sujeita ao risco de redução de volumes de subscrição relacionados ao poder de compra dos consumidores, o efeito observado tem sido o oposto: a estratégia de preços reduzidos da Companhia tem atraído consumidores que buscam redução de custos com os produtos de seguros e preservação de seu patrimônio.

e) Risco operacional

A Companhia define risco operacional como o risco de perdas resultantes de processos internos falhos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios.

Sinistralidade

Os impactos no resultado devido a variação na sinistralidade estão demonstrados abaixo:

Classe	Premissas	Saldo contábil	31.12.2023	
			Variação resultado	Impacto no Resultado
Sinistralidade bruto de resseguro	Aumento de 30% na sinistralidade	685	206	33,87%
Sinistralidade bruto de resseguro	Redução de 30% na sinistralidade	685	(206)	(33,87%)
Sinistralidade líquido de resseguro	Aumento de 30% na sinistralidade	343	103	16,93%
Sinistralidade líquido de resseguro	Redução de 30% na sinistralidade	343	(103)	(16,93%)

f) Risco de capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar os retornos sobre capital aos acionistas.

A Companhia apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pela CNSP e SUSEP. Vide Nota Explicativa nº 14.d.

6. DISPONÍVEL

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Caixa e bancos	111	6
Total	<u>111</u>	<u>6</u>

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Ativos financeiros (ao valor justo por meio do resultado)

A classificação das aplicações financeiras por categoria é apresentada da seguinte forma:

Os ativos financeiros marcados a valor justo pelo resultado seguem os critérios adotados na determinação dos valores de mercado, conforme estabelece o CPC 46, de Nível 2 na hierarquia do valor justo.

<u>31.12.2023</u>	<u>Sem</u> <u>Vencimento</u>	<u>Valor de</u> <u>mercado</u>	<u>Valor de</u> <u>custo</u> <u>atualizado</u>	<u>%</u>
Valor justo por meio do resultado:				
Quotas de Fundos de Investimento em Renda Fixa	3.708	3.708	3.425	100%
Total	<u>3.708</u>	<u>3.708</u>	<u>3.425</u>	<u>100%</u>
<u>31.12.2022</u>	<u>Sem</u> <u>Vencimento</u>	<u>Valor de</u> <u>mercado</u>	<u>Valor de</u> <u>custo</u> <u>atualizado</u>	<u>%</u>
Valor justo por meio do resultado:				
Quotas de Fundos de Investimento em Renda Fixa	4.121	4.121	4.121	100%
Total	<u>4.121</u>	<u>4.121</u>	<u>4.121</u>	<u>100%</u>

b) Movimentação das aplicações

	<u>31.12.2022</u>	<u>Aplicações</u>	<u>Resgates</u>	<u>Rendimentos</u>	<u>31.12.2023</u>
Itaú Institucional DI RF	4.121	-	(4.266)	145	-
Fundo XP Reserva Técnica FIRF	-	4.000	(600)	308	3.708
Total	<u>4.121</u>	<u>4.000</u>	<u>(4.866)</u>	<u>453</u>	<u>3.708</u>
	<u>31.12.2021</u>	<u>Aplicações</u>	<u>Resgates</u>	<u>Rendimentos</u>	<u>31.12.2022</u>
Itaú Institucional DI RF	-	4.000	(175)	296	4.121
Total	<u>-</u>	<u>4.000</u>	<u>(175)</u>	<u>296</u>	<u>4.121</u>

c) Ativos em cobertura de provisões técnicas

	<u>31.12.2023</u>
Aplicação financeira vinculada	3.708
Total dos ativos em cobertura	<u>3.708</u>
Provisões Técnicas – Seguros	328
(-) Ativos redutores – PSL	(113)
(-) Ativos redutores – IBNR	(31)
Total a ser coberto	<u>184</u>
Suficiência de Cobertura	<u><u>3.524</u></u>

8. CRÉDITO DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

a) Prêmios a receber

	<u>31.12.2023</u>		
	Prêmios a receber de Seguros	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
Automóvel	<u>85</u>	<u>-</u>	<u>85</u>

b) Composição quanto aos prazos de vencimento

	<u>31.12.2023</u>
A vencer	<u>85</u>
0 a 30 dias	<u>85</u>
Total	<u><u>85</u></u>

c) Operações com resseguradoras

	<u>31.12.2023</u>
	Créditos com resseguros
Resseguradora Local	<u>195</u>
	<u><u>195</u></u>

9. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

a) Créditos tributários e previdenciários

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
IRRF a compensar	82	43
IRPJ antecipação	9	-
CSLL antecipação	9	-
Outros	5	-
Total	<u><u>105</u></u>	<u><u>43</u></u>

10. ATIVOS DE RESSEGUROS E RETROCESSÃO – PROVISÕES TÉCNICAS

	Prêmios de resseguros diferidos	Sinistros de resseguros	31.12.2023 Total
Resseguradora Local	15	144	159
	<u>15</u>	<u>144</u>	<u>159</u>

11. OBRIGAÇÕES A PAGAR

a) Obrigações a pagar

	31.12.2023
Fornecedores	192
Contas a pagar - MGA – Justos Consultoria (i)	67
Demais obrigações a pagar	27
Total obrigações a pagar	<u>286</u>

(i) Vide NE 17- Partes Relacionadas.

b) Impostos e encargos sociais a recolher

	31.12.2023
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	2
IOF s/emissões	3
CSRF a recolher	3
Outros impostos e encargos sociais	2
Total impostos e encargos sociais a recolher	<u>10</u>

c) Impostos e contribuições

	31.12.2023	31.12.2022
Contribuição Social a recolher	15	17
COFINS a recolher	2	2
Total impostos e contribuições a recolher	<u>17</u>	<u>19</u>

12. DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

	Resseguradora Local	31.12.2023 Total Operação com resseguradoras
Prêmios cedidos	235	235
Comissões s/prêmios cedidos	(59)	(59)
	<u>176</u>	<u>176</u>

13. PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS

a) Provisões técnicas

Ramo	31.12.2023			Total
	Prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	
Automóvel	40	225	63	328
Total – danos	40	225	63	328

b) Movimentação das provisões técnicas

	Saldo em 31.12.2022	Constituições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31.12.2023
Prêmios não ganhos	-	240	(200)	-	40
Sinistros a liquidar	-	870	(256)	(389)	225
IBNR	-	284	(221)	-	63
Total	-	1.394	(677)	(389)	328

c) Desenvolvimento de sinistros

Valores Brutos		2023
Mês/ano de ocorrência		
Incorrido mais IBNR		
No ano de ocorrência	(a)	677
Um ano ou mais após a ocorrência		-
Estimativa em 31/12/2023	(b)	677
Pagamentos acumulados		
No ano de ocorrência		(389)
Um ano ou mais após a ocorrência		-
Pagamentos acumulados até 31/12/2023	(c)	(389)
Provisão de Sinistros em 31/12/2023	(b)+(c)	288
PSL Contábil em 31/12/2023		225
IBNR em 31/12/2023		63
Sobra/Falta acumulada	(d) =(a)-(b)	-
% da Sobra/Falta acumulada	(e) = (d)/(-c)	-

Valores Resseguro		
Mês/ano de ocorrência		2023
Incorrido mais IBNR (i)		
No ano de ocorrência	(a)	339
Um ano ou mais após a ocorrência		-
Posição em 31/12/2023	(b)	<u>339</u>
Pago Acumulado (i)		
No ano de ocorrência		(195)
Um ano ou mais após a ocorrência		-
Posição em 31/12/2023	(c)	<u>(195)</u>
Provisão de Sinistros em 31/12/2023	(b)+(c)	<u>144</u>
PSL Contábil em 31/12/2023		<u>113</u>
IBNR em 31/12/2023		<u>31</u>
Sobra/Falta acumulada	(d) =(a)-(b)	-
% da Sobra/Falta acumulada	(e) = (d)/(-c)	-

Valores Retidos		
Mês/ano de ocorrência		2023
Incorrido mais IBNR (i)		
No ano de ocorrência	(a)	338
Um ano ou mais após a ocorrência		-
Posição em 31/12/2023	(b)	<u>338</u>
Pago Acumulado (i)		
No ano de ocorrência		(194)
Um ano ou mais após a ocorrência		-
Posição em 31/12/2023	(c)	<u>(194)</u>
Provisão de Sinistros em 31/12/2023	(b)+(c)	<u>144</u>
PSL Contábil em 31/12/2023		113
IBNR em 31/12/2023		31
Sobra/Falta acumulada	(d) =(a)-(b)	-
% da Sobra/Falta acumulada	(e) = (d)/(-c)	-

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31.12.2023 é de R\$ 4.000 (R\$ 4.000 em 31.12.2022) é representado por 4.000.000 (4.000.000 em 31.12.2022) de ações nominativas, sem valor nominal.

b) Reserva de Lucros

Compõem as reservas de lucros:

- **Legal:** 5% do lucro líquido, limitada a 20% do capital social.
- **Estatutária:** Dispõe o estatuto que o lucro remanescente será destinado a formação de reserva legal e reserva de contingência, cujo total não poderá exceder o capital social.

c) Dividendos

É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, de acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações.

Em 31.12.2023 a Companhia apurou prejuízo, não havendo, portanto, dividendos a serem distribuídos. e em 31.12.2022, foi apurado lucro, sendo todo ele transferido para Reserva de Lucro, conforme decisão da Companhia.

d) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e exigência de capital – Estrutura Simplificada

A Resolução CNSP nº 381, em vigor a partir 4 de março de 2020, regula o cálculo do Capital Mínimo Requerido (CMR): Capital total que a sociedade seguradora participante do Sandbox Regulatório deverá manter para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. A tabela a seguir apresenta os níveis de suficiência de Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) frente ao CMR e de liquidez em relação ao CMR, segundo os normativos vigentes.

O quadro abaixo representa o Capital Mínimo Requerido, segundo os normativos vigentes:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Patrimônio líquido	3.546	4.151
Patrimônio líquido ajustado (a)	3.546	4.151
Capital base (b)	<u>1.000</u>	<u>1.000</u>
Capital de Risco	118	-
Capital de Risco (c)	<u>118</u>	-
Capital mínimo requerido (d) [maior entre (b) e (c)]	<u>1.000</u>	<u>1.000</u>
Suficiência de capital (e = -a - d)	<u>2.546</u>	<u>3.151</u>
(%) Suficiência de capital (e/d)	255%	315%
Ativos em Excesso à Necessidade de Cobertura	<u>3.526</u>	<u>4.121</u>
Liquidez em relação ao CMR	<u>2.526</u>	<u>3.121</u>
Liquidez em relação ao CMR (% do CMR)	253%	312%

15. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a) Prêmios emitidos

	<u>31.12.2023</u>			Prêmio Emitido Líquido
	<u>Emitido</u>	<u>Cancelado</u>	<u>Restituído</u>	
Automóvel	484	(1)	-	483
Total	<u>484</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>483</u>

b) Variação da PPNG

	<u>31.12.2023</u>
Automóvel	(40)
Total	<u>(40)</u>

c) Prêmios ganhos

	<u>31.12.2023</u>
Automóvel	443
Total	<u>443</u>

d) Sinistros ocorridos e índice de sinistralidade

	<u>31.12.2023</u>	<u>Sinistralidade</u>
Automóvel	(683)	154,18%
Total	<u>(683)</u>	<u>154,18%</u>

O índice de sinistralidade foi calculado com base nos prêmios ganhos.

e) Resultado com resseguros

	<u>31.12.2023</u>
Receitas com resseguros	
Sinistros de resseguros	340
	<u>340</u>
Despesas com resseguros	
Prêmios cedidos	(242)
Comissões	60
Variação das provisões de prêmios e comissões	15
	<u>(167)</u>
Resultado com resseguros	<u>173</u>

f) Despesas administrativas

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Despesas com serviço de terceiros	(557)	(5)
Despesas com localização e funcionamento	(33)	(2)
Despesas com publicações	-	(2)
Outras despesas administrativas	(9)	(2)
Total	<u>(599)</u>	<u>(11)</u>

g) Despesas com tributos

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
COFINS	(21)	(12)
PIS	(3)	(2)
Taxa de fiscalização - Susep	(208)	(52)
Outros	(12)	-
Total	<u>(244)</u>	<u>(66)</u>

h) Resultado financeiro

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Receitas Financeiras		
Receitas com quotas e fundos de investimento	<u>453</u>	<u>296</u>
Total	<u>453</u>	<u>296</u>
Despesas Financeiras		
Despesas financeiras com administração de fundos de investimento	(70)	(1)
Outras	(3)	-
	<u>(73)</u>	<u>(1)</u>
	<u>380</u>	<u>295</u>

16. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro líquido que excede a R\$ 240 anuais, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é calculada à alíquota de 15%.

Em 02 de setembro de 2022 foi promulgada a Lei nº 14.446, que elevou para 16% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido entre o período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022, retornando para 15% a partir de 1º de janeiro de 2023.

	31.12.2023		31.12.2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	(605)	(605)	218	218
Base de Cálculo	(605)	(605)	218	218
Alíquota nominal	25%	15%	25%	15,71%
Total de tributos	-	-	33	34

17. PARTES RELACIONADAS

- a) A administração define como partes relacionadas à Justos Consultoria e Serviços em Seguros LTDA. CNPJ. 40.317.530/0001-82, com a prestação de serviços de representação de seguros, por meio do contrato de MGA - *Managing General Agent*, onde é realizada a venda dos seguros por meio de sua plataforma, bem como a avaliação e aceite do risco, além da gestão de recebimento do prêmio, regulação e pagamento de sinistro, sendo remunerada pela Companhia por esses serviços prestados, de acordo com a Resolução CNSP nº 431 de 12 de novembro de 2021.

Categoria	31/12/2023				31/12/2022			
	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Justos Consultoria (*)								
Ligada	85	(107)	-	(75)	-	-	-	-

Abaixo, a discriminação da natureza das operações Partes Relacionadas:

O Ativo, no valor de R\$ 85 mil, se refere aos prêmios de seguros a receber pela venda de seguros efetuados pela Representante de Seguro.

O Passivo se refere as seguintes transações com a ligada: R\$ 13 mil, oriundos pela remuneração do contrato de Representante de Seguros a pagar; R\$ 27 mil, oriundos, dos pagamento de sinistros efetuados pela representante de seguros, baixado da PSL e o valor de R\$ 67 mil, oriundos do encontro de contas com a Representante, referentes aos meses de outubro e novembro/23, que serão pagos em janeiro/24 (Prêmios recebidos R\$ 123 mil, Sinistros pagos R\$ 172 mil, remuneração da representante R\$ 18 mil).

O valor de R\$ 75 mil em Despesa, se refere à remuneração da representante incorrida no exercício.

No exercício encerrado em 2022, não há operações com a Representante, visto as operações terem sido iniciadas em fevereiro de 2023.

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em fevereiro de 2024, a Companhia aumentou o capital social em R\$ 4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais), para incrementar os negócios e viabilizar o desenvolvimento de novos projetos dentro da Companhia.

Diretoria

Alan Douglas Oliveira Leal – Diretor Presidente

Priscilla Martins Dias – Diretor Financeiro e Compliance

Contador

Maurício Gonçalves Camilo Pinto – CRC 1SP145786/O-7

Atuário

Alan Douglas Oliveira Leal – MIBA 1745